



**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

**SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3ª LEGISLATURA**

**ATA DA 33ª  
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)  
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

**EM 26 DE JUNHO DE 2000.**

**I - SÚMULA**

**LIDO**  
Em 29/06/00  
*[Assinatura]*  
Assessoria de Plenário

**PRESIDÊNCIA:** Deputado Gim.

**SECRETARIA:** Deputado Wilson Lima.

**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

**INÍCIO:** 11 horas e 45 minutos.

**TÉRMINO:** 12 horas e 37 minutos.



# CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

## 1 - ABERTURA

### Presidente (Deputado Gim):

- Está aberta a sessão.  
Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

### 1.1 - COMUNICADOS DA MESA

- **Projeto de Lei Complementar nº 666» de 2000**, de autoria do Deputado Jorge *Cauhy*.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2000**, de autoria do Deputado Daniel Marques.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2000**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2000**, de autoria do Deputado Rajão.

## 2 - ORDEM DO DIA

(1º) ITEM 1: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 663, de 2000**, de autoria do Poder Executivo, que "Define critérios para a suspensão de parcelamento de débito tributário e dá outras providências". APROVADO com 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

(2º) **ITEM INCLUÍDO**: Apreciação da **redação final** do **Projeto de Lei Complementar nº 663, de 2000**, de autoria do Poder Executivo, que "Define critérios para a suspensão de parcelamento de débito tributário e dá outras providências". **APROVADA** nos termos do § 5º do art. 176 do Regimento Interno.

(3º) ITEM 2: Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 1.142, de 2000**, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rodrigo Rollemberg, que "Dispõe sobre a criação de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Barragem do Paranoá,



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

no Lago Sul - RA XVI". **APROVADO** com 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

(4°) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei nº 1.142, de 2000**, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rodrigo Rollemberg, que "Dispõe sobre a criação de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Barragem do Paranoá, no Lago Sul - RA XVI". **APROVADA** nos termos do § 5° do art. 176 do Regimento Interno.

(5°) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 2° turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 595, de 1998**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "Dispõe sobre a destinação do lote D da Área Especial nº 2 da 3ª Avenida, no Núcleo Bandeirante - RA VIII, e dá outras providências". **APROVADO** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

(6°) **ITEM INCLUÍDO:** Apreciação da **redação final do Projeto de Lei Complementar nº 595, de 1998**, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que "Dispõe sobre a destinação do lote D da Área Especial nº 2 da 3ª Avenida do Núcleo Bandeirante - RA VIII, e dá outras providências". **APROVADA** nos termos do § 5° do art. 176 do Regimento Interno.

(7°) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 219, de 1999**, de autoria do Deputado Xavier, que "Dispõe sobre a desafetação da área que especifica, em Samambaia - RA XII". **APROVADO** com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

(8°) **ITEM 5:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei nº 481, de 1999**, de autoria da Deputada Lúcia Carvalho, que Torna obrigatória a disponibilização de sanitários móveis nos casos que especifica e dá outras providências". **RETIRADO DE PAUTA.**

(9°) **ITEM 6:** Discussão e votação, em 1° turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 388, de 1999**, de autoria do Deputado Daniel



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Marques, que "Altera a destinação do uso da área que especifica no Comércio Local 118 de Santa Maria - RA XIII".

- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima, acatando a emenda de plenário.

**APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

- Parecer favorável do relator da CEOF, Deputado Wasny de Roure, nos termos do parecer da CCJ.

**APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

- Votação do projeto em 1º turno:

**APROVADO** com 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

(10º) ITEM INCLUÍDO: Discussão e votação, em bloco, em 1º turno, dos seguintes **Projetos de Decreto Legislativo**:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2000**, de autoria do Deputado Daniel Marques, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Segismundo de Araújo Melo".

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2000**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília, *post mortem*, a Carlos Lamarca".

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2000**, de autoria do Deputado Rajão, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Áureo Bringel de Mello".

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 1999**, de autoria do Deputado Gim, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ivo Borges de Lima".

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 1998**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Wilson Marra".



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

---

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999**, de autoria do Deputado Sílvio Linhares, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Marcelo de Araújo Melo".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1999**, de autoria do Deputado Renato Rainha, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senador Pedro Jorge Simon".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2000**, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao engenheiro Emídio da Costa Neto".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 1999**, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Divaldo Pereira Franco".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 1998**, de autoria do Deputado Xavier, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a Amós Batista de Souza".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2000**, de autoria do Deputado Gim, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro Pedro Pullen Parente".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2000**, de autoria da Deputada Maninha, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Paulo Bertran".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2000**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília a Luiz Inácio Lula da Silva".
  
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2000**, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Kátia Maria Abubakir Kouzak".



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

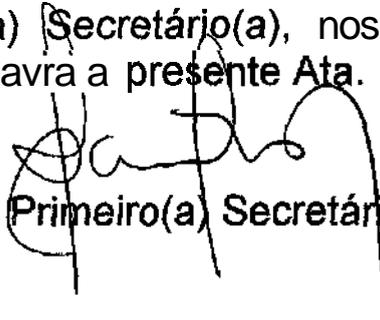
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2000**, de autoria do Deputado José Edmar, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Albino Antônio Maneiro".
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2000**, de autoria do Deputado Chico Floresta, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao diretor, ator e professor de teatro Hugo Renato Rodas Giusto".
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2000**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Lyrando de Azevedo Jacundá".
- Parecer favorável do relator da CCJ, Deputado Wilson Lima.  
**APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação dos projetos em 1º turno:  
**APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

### 3 - ENCERRAMENTO

#### Presidente (Deputado Gim):

- Convoca os Srs. Deputados para a sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 95 do Regimento Interno, lavra a presente Ata.

  
Primeiro(a) Secretário(a)

### H - DETALHAMENTO



Data 26 /06/ 00	Horário início 11h45min	Sessão/ Reunião EXTRAORDINÁRIA	Quarto 1
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicitei a inclusão de dois projetos de decreto legislativo para concessão de dois títulos de Cidadão Honorário de Brasília, um de minha autoria, em que o homenageado será o companheiro Presidente Honorário do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e o outro, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, em que o homenageado será o Sr. Divaldo.

Eu gostaria que ambos fossem apreciados pelo Plenário desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Wasny de Roure, quando foi anunciada a abertura desta sessão extraordinária, já tinham sido incluídos os dois PDLs a que V.Exa se referiu.

DEPUTADO DANIEL MARQUES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO DANIEL MARQUES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. concordasse com a proposição que estamos fazendo aqui de que cada Deputado possa apresentar um projeto para concessão de título de Cidadão Honorário de Brasília nesta sessão

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	2

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

extraordinária. Já tenho um requerimento para concessão de título ao Sr. Segismundo de Araújo Melo, um pioneiro do Distrito Federal.

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. determinasse a inclusão dos dois projetos na pauta, visto que na sessão passada eu não consegui tê-los aprovados.

Então, eu gostaria que, esses dois projetos que estão na mão do nosso querido e competente assessor Itamar entrassem em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Nobre Deputado Renato Rainha, de acordo com o anseio de todos os Parlamentares em plenário, concordaremos com que cada Deputado apresente um projeto. O nobre Deputado Edimar Pireneus é quem mantém essa ordem dos projetos referentes a concessão de títulos. No meu caso específico, também tenho crédito de mais um projeto, mas não usei isso em questão própria. Apresentaremos um projeto para concessão de título de autoria de cada Deputado e o item em separado da pauta, em sessão única que faremos logo após a votação normal.

Peço aos Deputados presentes no plenário que, por favor, apresentem ao nosso assessor Itamar o projeto de decreto legislativo que gostariam que fosse aprovado.

DEPUTADO RAJÃO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RAJÃO (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria consignar aqui nesta Casa o meu repúdio à decisão que o Iphan está tomando, impedindo que a nossa cidade gere emprego. Temos aqui o



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	3

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Superbox cuja construção está paralisada, assim como o Pier 21, numa cidade que tem 20% de sua população desempregada. Não posso admitir que uma cidade com 40 anos seja tombada. A Avenida W3 tem de ser revitalizada.

Determinados prédios têm que ser tombados: o Congresso Nacional, a Catedral. No Congresso Nacional o Senador António Carlos Magalhães fez o espelho d'água sem consultar o Iphan.

Creio que temos que acabar com isso. Nossa cidade é nova. Era para ter 550 mil habitantes no ano 2050, mas já há mais de 2 milhões de habitantes na região do Entorno. Então, temos que gerar emprego.

Quero consignar o meu repúdio ao Iphan. Creio que deveríamos fazer um plebiscito nas cidades do Distrito Federal para ver se queremos gerar emprego ou não na nossa cidade. Pequim fez isso e, por meio da Unesco, mudou a classificação da cidade em determinados pontos, mesmo sendo património da humanidade.

Agora, em uma cidade nova que está crescendo e que daqui a praticamente dez anos, junto com os municípios da Ride, será a terceira economia do Brasil, temos que repensar isso. Não podemos aceitar essa ingerência política, temos que gerar empregos.

Quero consignar o meu protesto ao Iphan. Creio que nenhum órgão pode impedir que a cidade cresça e que gere emprego. Muitos pais de família estão passando fome e quando se toma uma atitude, vemos isso que está acontecendo. Quero deixar isso registrado, na presença da imprensa, porque acho uma vergonha essa posição do Iphan. Mais envergonhado fico, quando vejo Parlamentares da área federal tirando proveito disso. Se vistoriarmos determinados prédios desta cidade, certamente muitos deles serão embargados.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	4

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Queremos realmente que a nossa cidade cresça e gere empregos. Vamos mudar isso.

DEPUTADO CHICO FLORESTA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado Chico Floresta.

DEPUTADO CHICO FLORESTA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que o Deputado Rajão não tem bem clara a lei de tombamento e suas consequências positivas para o Distrito Federal. Acho que isso remete diretamente a um segundo ponto: quando o Governo atual repassou para o Governo Federal as obrigações constitucionais como saúde, educação e segurança, isso trouxe o desbalanceamento no orçamento público do Distrito Federal e trouxe um prejuízo direto à Câmara Legislativa. Acho que um tema que deve ser debatido refere-se a algumas notícias veiculadas nos jornais, de redução salarial, motivo pelo qual vários servidores estão apreensivos. Queremos que esta Casa discuta efetivamente isso, porque na situação anterior nós estávamos perfeitamente cobertos por todas as leis existentes no nosso País. Na medida em que houve transferência de responsabilidades para a União no tocante à educação, saúde e segurança, ficamos prejudicados. Apesar de várias inconsistências e inconstitucionalidades da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós precisamos debatê-la.

Então, faço um alerta a todos os colegas para que possamos debater a Lei de Responsabilidade Fiscal e a sua relação direta com a manutenção deste Poder Legislativo em toda a sua plenitude.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	5

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Com a palavra o Deputado César Lacerda.

DEPUTADO CÉSAR LACERDA (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro quero solicitar que conste nas notas desta Casa o falecimento de um grande conselheiro, de um amigo, de uma pessoa que marcou o Tribunal de Contas do Distrito Federal pela sua técnica, pelo seu conhecimento e acima de tudo por sua honestidade, refiro-me ao Dr. Frederico. Que Deus o receba! Fica em nós a grande mensagem de sabedoria daquele grande homem.

Em segundo lugar, eu gostaria de parabenizar o Deputado Rajão quando fala do Iphan. Não somos contra o Iphan, mas somos contra a paralisação desse órgão no tempo e no espaço. Temos que rever Brasília. O Iphan está comprando uma guerra política contra o Governo atual, porque no Governo passado, foi dada uma área destinada a hospitais aqui em frente, a qual foi transformada pela Smaff em um posto de gasolina e em uma revenda de carros. E o Governo fez mal? Não, acho que o Governo passado viu que não havia necessidade de mais terrenos para hospitais nessa área. Por isso o Governo atual passou, deu e transferiu uma área para um dos maiores hipermercados do mundo, é associado ao Extra e a uma empresa francesa que tem o maior hipermercado do mundo em Paris. E hoje eles querem fazer política porque há uma lei federal que proíbe que um posto de gasolina seja edificado a 100 metros de um hospital. O Governo contribuiu com o progresso, permitindo que se construa em Brasília o maior hipermercado em qualidade do mundo. Isso não é um presente só para a Asa Norte, é um presente para Brasília.

Por isso acho que o Iphan paralisou-se no tempo e espaço. Não disse determinadas coisas referentes a esse órgão, isso foi um modo de dizer. Então, a



Data 26 /06/ 00	Horário Início 11h45min	Sessão / Reunião EXTRAORDINÁRIA	Quarto 6
--------------------	----------------------------	------------------------------------	-------------

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

-resposta a tudo isso será dada no programa do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, no seu horário político.

DEPUTADO WASNY DE ROURE - Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com todo respeito que tenho aos nobres Deputados Rajão e César Lacerda, é importante ressaltar que, no caso do Supermercado Extra, há uma decisão na Justiça suspendendo a edificação. Houve uma bruta irregularidade que foi a falta de licitação pública em uma área de 53.000 metros quadrados. Queremos empregos, mas não queremos desrespeito à legalidade nesta cidade. O Ipham é uma instituição do Governo Federal que tem o papel de manter a conservação de Brasília. Creio que temos de fazer uma discussão política acerca disso e não descaracterizar o papel de um órgão, sua relevância diante da agressão que a cidade vem sofrendo.

Por isso, quero manifestar minha discordância à manifestação dos dois colegas que me antecederam.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR - Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO JOSÉ EDMAR (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois de ouvir as manifestações dos nobres Colegas, pela primeira vez, neste mandato, tenho de elogiar o jornal *Correio Braziliense*, porque hoje, seu redator-chefe, o Noblat, pede desculpa pelos erros que estava cometendo. No seu artigo, ele fala dos absurdos que utiliza como redator-chefe do *Correio Braziliense*, justificando que os crimes violentos e os acidentes de trânsito com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	7

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

morte ganharam destaque no jornal e esses destaques, privilegiaram as notícias ruins em detrimento das notícias boas.

Então, logicamente, o *Correio Braziliense*, durante todo esse tempo, apenas tem publicado notícias ruins. E sempre temos dito nesta Casa que o referido jornal enfatiza bastante esse tipo de notícia, e ele, Noblat, reconhece isso.

Agora, quanto ao Jumbo, temos de destacar que, no passado, cederam a terra da Esaf para um posto de gasolina, e não falaram nada. E, neste momento, com o Governador Joaquim Roriz é diferente. Por que dois pesos e duas medidas?

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Item nº 1:

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 663, de 2000, de autoria do Poder Executivo, que 'define critérios para suspensão de parcelamento de débito tributário e dá outras providências'.

Relatores: Deputada Anilcéia Machado - CCJ

Deputado - CEOF"

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO E  
DISTRIBUIÇÃO- ASSP**  
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL



Data: 26/10/2000

SESSÃO ORDINÁRIA  
 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO D REDAÇÃO FINAL EM 26/10/2000

PARECER DA ; \_\_\_\_\_

Conclusão: \_\_\_\_\_

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 663/2000

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

Autor: Deputado (a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado (a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	V				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				X	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	X				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB	X				
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	X				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	X				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	K				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	X				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				X	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	X				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				X	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				Y	
DEPUTADA MANINHA - PT	X				
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	X				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	X				
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	X				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	X				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				X	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	X				
DEPUTADO XAVIER - PPB 1	X				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	V				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	X				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	X				
TOTAL	11	19		5	

ASSP

Mf/Lh  
SECRETÁRIO

ASSP  
Nº \_\_\_\_\_  
Fls. ° \_\_\_\_\_

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	8

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis e 5 abstenções.

O Projeto de Lei Complementar nº 663, de 2000, está aprovado em segundo turno.

A Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 663, de 2000, de autoria do Poder Executivo, que 'define critérios para suspensão de parcelamento de débito tributário e dá outras providências'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto de lei complementar vai à sanção.

DEPUTADO SILVIO LINHARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO SILVIO LINHARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a atenção de todos.

Como Líder do PMDB, em todos os casos que me foram apresentados para defender o partido do Governo, sempre fiz um contrabalanço do que serve ou não, neste Governo e no Governo passado.

Aqui fica o meu questionamento quanto ao Iphan, já que o assunto foi levantado aqui pelos nobres Deputados que me antecederam.

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	9

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

Em primeiro lugar, Deputado Wilson Lima, eu gostaria que V.Exa. prestasse atenção às minhas palavras, já que V.Exa. faz parte do bloco do Governo. Isso que hoje não serve para o Extra, segundo o Iphan - que hoje é dirigido por uma senhora que foi diretora do IPDF no Governo passado, ou seja, no Governo da Oposição -, serviu à Smaff, que está situada ao lado do Extra. O Supermercado Extra gerará aproximadamente dois mil empregos. O desemprego é um dos problemas mais sérios da Capital da República.

Ora, se serviu para a Smaff, por que não serve para o Extra, que ficará localizado a menos de cem metros da Smaff?

Em segundo lugar, não se podem colocar as baias que dariam maior segurança ao Parque da Cidade. Nada pode ser colocado dentro da cidade sem que o Iphan venha questionar o Governo Joaquim Roriz. Interessante! O Governo passado pôde fazer valer a Telebrasília, e este foi aprovado pelo Iphan. São dois pesos e duas medidas!

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o Item nº 4 já foi votado em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Será o próximo a ser votado logo após o Item nº 3.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, existem dois projetos a serem apreciados em segundo turno. Seria interessante apreciá-los para não complicar o andamento da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Temos uma pauta a ser seguida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	10

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Próximo item:**

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.142, de 2000, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rodrigo Rollemberg, que 'dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE da Barragem do Paranoá, na Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO E  
DISTRIBUIÇÃO- ASSP**  
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

Pata: 26/06/2000

**DSESSÃO ORDINÁRIA**  
 **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  REDAÇÃO FINAL EM 26/06/2000  
D PARECER DA : \_\_\_\_\_

**Conclusão:** \_\_\_\_\_

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº(S) 1142/2000

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

Autor: Deputado (a): \_\_\_\_\_ D Executivo

Relator: Deputado (a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL	X				
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				+	
DEPUTADA ANILCEIA MACHADO - PSDB	+				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB				X	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	+				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	+				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	+				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	+				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				y	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	+				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	+				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				+	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				+	
DEPUTADA MANINHA - PT	+				
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	+				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	+				
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	+				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	+				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				+	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	+				
DEPUTADO XAVIER - PPB	+				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	+				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	+				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	+				
TOTAL	18			+	

\_\_\_\_\_  
ASSP

f  
SECRETÁRIO

ASSP  
PL Nº 1142/2000  
Fls.º JD 3

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	11

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLQ)** - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.142, de 2000, de autoria dos Deputados Paulo Tadeu e Rodrigo Rollemberg, que 'dispõe sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE da Barragem do Paranoá, na Região Administrativa do Lago Sul - RA XVI'."

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Comunicados da Mesa

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente.



PLC 665/2000

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
(Do Deputado Jorge Cauhy)**

Altera as Normas de **Edificação**, Uso e Gabarito - NGB 77/91, da Região Administrativa de Samambaia - RA XII, e dá outras providências.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º. Passam a ser regidas pelas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 77/91 as seguintes áreas:

- I - lote 2, do conjunto B, da QS 612, de Samambaia - RA XII;
- II - lote 1, do conjunto 3, da QN 122, de Samambaia - RA XII;
- III - lote 2, do conjunto B, da QS 414, de Samambaia - RA XII.

Art. 2º. A alteração de uso dos lotes de que trata o artigo anterior implica pagamento da outorga onerosa, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º. Este dispositivo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



**JUSTIFICAÇÃO**

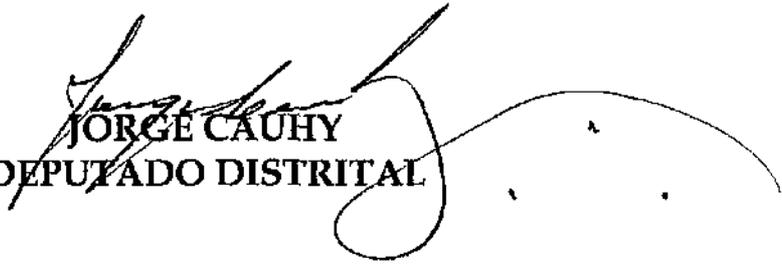
Pelo presente, visamos a mudança de destinação dessas áreas, possibilitando desta forma a construção de postos de abastecimento de veículos automotores nas regiões desassistidas de Samambaia, fazendo com que haja uma melhoria significativa da qualidade de vida daquela população, além da criação de inúmeras novas frentes de trabalho.

Importante ainda afirmar que, fica assegurado o pagamento de outorga onerosa ao Poder Público decorrente da valorização destas áreas.

A presente proposição encontra-se sob o amparo legal do art. 58, inciso IX, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

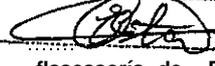
Posto isso, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovarmos o presente projeto.

Sala das Sessões,            de            de 2000.

  
JORGE CAUHY  
DEPUTADO DISTRITAL



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

LIDO  
Em 26 10 6 100  
  
fissessoria de Plenário

PDL 333/2000

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº**  
**(Autor. Deputado DANIEL MARQUES-PMDB)**

**Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao  
senhor SEGISMUNDO DE ARAÚJO MELO.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor SEGISMUNDO DE ARAÚJO MELO.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

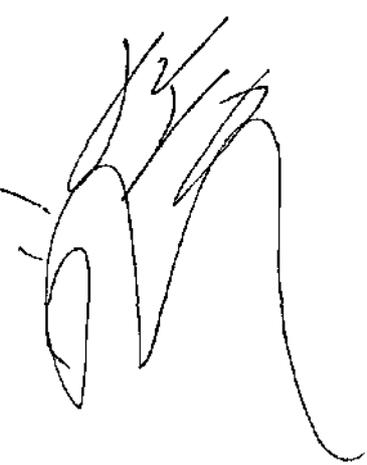
**JUSTIFICAÇÃO**

O jurista, Senhor SEGISMUNDO DE ARAÚJO MELO, publicou em 1957, na cidade de Goiânia, um opúsculo que teve imediata repercussão em todo país. Esse trabalho revela detalhes do sonho profético de Dom Bosco, prevendo "o grande desenvolvimento das áreas centrais da América do Sul e focalizando singularmente o Brasil". Descreve, em especial, o desenvolvimento de uma nova civilização entre os paralelos 15 e 20, que coincide muito com as características de Brasília.

O Senhor Segismundo de Araújo Melo fez parte Comissão Goiana de Cooperação para mudança da Capital Federal, que promoveu a desapropriação das terras do território goiano onde foi construída Brasília. Além disso, o Senhor Segismundo foi o Primeiro Secretário de Administração de Brasília e Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, cargo em que aposentou-se.

Por estes e outros motivos entendemos que o Senhor Segismundo de Araújo Melo é merecedor do Título ora proposto.

Sala de Sessões, em                      de junho de 2000.

  
Deputado **DANIEL MARQUES**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 26/06/00  
Assessoria de Planário

PDL 334/2000

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**(Do Sr. Deputado Paulo Tadeu)**

**Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília *post mortem* a Carlos Lamarca.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília *post mortem* a **Carlos Lamarca**.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Carlos Lamarca nasceu no **Estácio**, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, a 27 de outubro de 1937. Filho do sapateiro Antônio Lamarca, com quem aprendeu as primeiras lições políticas, Carlos foi o único dos filhos de Antônio a alcançar o curso superior

Em **1957**, Lamarca ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, em Rezende - RJ. Com apenas 20 anos de idade, abraçou a carreira militar com o entusiasmo de quem, alguns anos antes, se misturara às massas populares nas ruas do Rio de **Janeiro**, mobilizados em tomo da campanha "O Petróleo é **nosso**".

Foi justamente no interior da AMAN que **Lamarca** iniciou seus **contatos** com os ideais marxistas. Alguns militantes do Partido Comunista **Brasileiro** - PCB sistematicamente distribuíam exemplares do Jornal "Causa Operária" dentro da Academia. **Sem** nunca ter sido militante do PCB, Lamarca tornou-se um simpatizante convicto das ideias comunistas, iniciando e aprofundando na AMAN seus estudos e leituras então proibidas.

Em **1959**, ele se casou com Maria **Pavan**, com quem teve dois filhos. Em **1960**, foi declarado **oficial-aspirante** e designado para servir em **Quitaúna** - SP. Em **1962**, foi servir como **segundo-tenente** nas Forças da Organização das Nações Unidas na ocupação do Canal de Suez e, em 1963, retornou ao país, quando foi designado para servir em Porto Alegre, onde pôde **vivenciar** todas as angustias decorrentes de sua simpatia pela oposição do então Governador Leonel **Brizola** ao **Golpe** Militar de 1964.

Para **Lamarca**, que estava disposto a pegar em armas para defender os interesses do **povo**, os tempos de golpe militar foram de muito sofrimento, **principalmente quando era**



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

guardião de presos políticos. Em 1965, **Lamarca** pede transferências para o 4º Regimento de **Infantaria**, em **Quitaúna** - SP, de onde saíria para a clandestinidade em 1968.

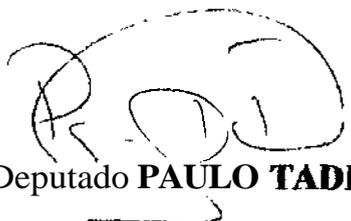
Carlos Lamarca absorveu a tragédia de seu tempo e viveu todo o drama de um período em que a tortura e o assassinato **político** eram métodos considerados normais pelo Estado brasileiro. Como **oficial** do Exército Brasileiro, com toda uma carreira brilhante à frente, **era**, no entanto, inconformado com a injustiça social. Abandonou sua farda e apostou em outro **futuro**. Sonhava com a humanidade livre, meteu o peito em busca da liberdade e levou às últimas consequências o que julgava **correto**.

Sua opção política levou-o a separar-se da família, abandonar a vida militar e **entrar** para a clandestinidade como um dos mais **atuantes** combatentes contra a Ditadura Militar. Como vários outros **brasileiros** que acreditavam na luta armada como **instrumento** de superação daquele regime ditatorial, Lamarca foi brutalmente **assassinado**. No dia 17 de setembro de 1971, nas proximidades do Município de Pintada - BA, juntamente com seu companheiro **Zequinha**, Lamarca foi morto por uma rajada de metralhadora que cortou-lhe os intestinos. Sem tempo de reagir, morreu deitado, sem tocar nas armas.

A **responsabilidade** do Estado brasileiro pela morte de Carlos Lamarca foi assumida pela própria "Comissão Especial de Reparação Moral aos Mortos e Desaparecidos na Ditadura **Militar**", instituída pelo Governo Federal. Por 5 votos contra 1, a Comissão reconheceu a culpa do Estado brasileiro e, como reparação, concedeu à sua família uma **indenização** financeira que de forma alguma será **suficiente** para fazer calar **suprir** a

Pela sua contribuição no campo das ideias, radicalizadas na luta contra as ditaduras, *é* que proponho o Título de Cidadão Honorário de **Brasília**, com o **objetivo** de reafirmar seu valor para a história. Por isso, espero o apoio dos demais pares para aprovarem a presente proposição.

**Sala** das Sessões, em 10 de maio de 2000.



Deputado **PAULO TADEU**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	13

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Q Expediente lido vai a publicação.**

Próximo item;

"Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 595, de 1998, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que 'dispõe sobre a destinação do lote D da Área Especial nº 2 da 3ª Avenida, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII, e dá outras providências'."

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO E  
DISTRIBUIÇÃO- ASSP**  
ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL



Data: 26/06/2000

SESSÃO ORDINÁRIA  
 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  REDAÇÃO FINAL EM 26/06/2000  
 PARECER DA : \_\_\_\_\_

Conclusão: \_\_\_\_\_

- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 595/98
- PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_
- REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_
- RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

Autor: Deputado (a): \_\_\_\_\_ Q Executivo

Relator: Deputado (a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL				/	
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				/	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	/				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB				/	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	/				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	/				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	/				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	/				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				/	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ TÁTICO - PSC				/	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				/	
DEPUTADA MANINHA - PT	/				
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	/				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	/				
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	/				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	/				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				/	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	/				
DEPUTADO XAVIER - PPB	/				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	/				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	/				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	/				
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>			<b>&gt;</b>	

\_\_\_\_\_  
ASSP

**- V f -**  
**SECRETÁRIO**

ASSP  
Nº \_\_\_\_\_  
Fls. ° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	14

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO)** - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da matéria.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

"Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 595, de 1998, de autoria do Deputado Peniel Pacheco, que 'dispõe sobre a destinação do lote D da Área Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII e dá outras providências'."

Em discussão a redação final (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 219, de 1999, de autoria de Deputado Xavier, que 'dispõe sobre a desafetação da área que especifica da Região Administrativa de Samambaia - RA XII.'"

Relator: Deputado Wilson Uma - CCJ

Deputado Wasny de Roure - CEOF"

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	1 1h45min	EXTRAORDINÁRIA	15

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

**SESSÃO DE PLENÁRIO E**  
**(IBUIÇÃO- ASSP**  
**ANUENCIAMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL**

CÂMARA LEGISLATIVA  
 DO DISTRITO FEDERAL

Data: 26/8 /2000

**D SESSÃO ORDINÁRIA**  
~~**S SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**~~

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  REDAÇÃO FINAL EM \_\_\_/\_\_\_/2000  
 a PARECER DA : \_\_\_\_\_

Conclusão:

- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 219/99  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

Autor: Deputado (a): \_\_\_\_\_ D Executivo

Relator: Deputado (a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL				/	
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				/	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	/				
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB				/	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB	/				
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	/				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	/				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	/				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				/	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ TÁTICO - PSC				/	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				/	
DEPUTADA MANINHA - PT	/				
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	/				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	/				
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	/				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	/				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				/	
DEPUTADO SILVIOLINHARES - PMDB	/				
DEPUTADO XAVIER - PPB	/				
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	/				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	/				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	/				
TOTAL	17			7	

ASSP

SECRETÁRIO

ASSP  
 Nº \_\_\_\_\_  
 Fls.º \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	16

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

**PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO)** - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	17

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

DEPUTADO RENATO RAINHA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO RENATO RAINHA (PL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a presença do Presidente desta Casa Legislativa nesta sessão, Deputado Edimar Pireneus, para que S.Exa. ouça essa questão de ordem, pois ela é de fundamental importância para esta Casa.

Não tratarei ainda da matéria publicada no jornal sobre possíveis alterações nos salários dos servidores desta Casa. Estou aguardando uma nota do Setor de Taquigrafia para falar sobre esse assunto.

Todavia, tratarei de uma outra questão importante. Foi solicitado à Mesa Diretora o pagamento de horas extras para servidores vinculados ao plenário.

Tivemos uma decisão da Mesa Diretora e de Líderes com o objetivo de reduzir a despesa desta Casa Legislativa e ficou definido que o apoio ao plenário é imprescindível, porque sem ele não temos condições de funcionar em sessões solenes, não temos como dar continuidade aos trabalhos de entrega de títulos de Cidadão Honorário de Brasília e realizar sessões extraordinárias para votação de projetos. Ficou estabelecido que esses servidores poderiam ser requisitados para fazer serviços extraordinários.

Então, foi solicitado pela chefia do Setor de Apoio ao Plenário, Taquigrafia e Tramitação de Ata e Súmula que se pagassem horas extras para os funcionários que efetivamente trabalharam.

Ora, Sr. Presidente e nobres Parlamentares, além de ter sido negado o pagamento, foi negado de uma forma que eu jamais vi - e eu já tenho, desde

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	18

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

1986 para cá, quatorze anos de serviço público. Eu jamais vi uma atitude tão truculenta e tão desrespeitosa como os dois despachos que foram proferidos.

Um diz o seguinte: "Manda quem pode, obedece quem é mandado". Estamos na sede do Poder Legislativo do Distrito Federal e não em um quartel do Exército, na época da Ditadura. Pelo menos, é assim que vejo. "Manda quem pode, obedece quem é mandado. Favor dar cumprimento. Sujeitar-se aos termos dalei".

A segunda decisão é ainda pior. Infelizmente, uma parte dela está ilegível. Diz: "Há que sujeitar-se às decisões superiores. Entretanto, há também que se prever as consequências. No entanto, entre elas está o dever de obediência".

Sr. Presidente, isso é um absurdo! Exijo - não estou pedindo - que a Mesa Diretora tome providências com relação a isso. Exijo, não porque eu tenha qualquer poder sobre a Mesa Diretora, mas porque tenho o dever de exigir a correção do que foi feito de forma ilegal, imoral e injusta. Há um pedido legal de horas extras que não foi atendido. Isso deve ser corrigido. Pior: neste processo, há decisões tomadas fora dos padrões de urbanidade, legalidade e moralidade.

Solicito que a Mesa Diretora tome providências.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Deputado Renato Rainha, com certeza, a Mesa Diretora não concordará com nenhum ato ilegal, imoral ou injusto.

O Projeto de Lei Complementar nº 481/99 será retirado de pauta devido à ausência do autor da matéria.

Item nº 5:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 388, de 1999, de autoria do Deputado Danieil Marques, que 'altera a



Data	Horário início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	19

Taquógrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

destinação do uso da área que especifica no Comércio Local 118 de Santa Maria - RA XIII'.

Relatores: Deputado Wilson Lima - CCJ

Deputado Xavier - CEOF"

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que apresente o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vislumbramos nada que obstaculize o acatamento da emenda e entendemos que a mesma vem melhorar a apresentação do projeto, por isso somos pela sua admissibilidade e pelo seu acatamento.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ foi aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Com a palavra o Relator, o Deputado Wasny de Roure, para proferir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CEOF à emenda modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 388/99, de autoria do Deputado Daniel Marques, que "altera a destinação do uso da área que especifica no comércio local nº 118, de Santa Maria - RA XII".



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	20

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

O nosso parecer é favorável, tendo em vista que a emenda corrige a intenção original do projeto de lei, pois tributa ao proprietário a modificação da destinação da área. Portanto, estabelece a outorga onerosa e os critérios técnicos para a transformação da área em posto de abastecimento .

Esse é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF foi aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto de Lei Complementar nº 388/99. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

**ASSESSORIA DE PLENÁRIO E  
DISTRIBUIÇÃO- ASSP**

ACOMPANHAMENTO DE VOTAÇÃO NOMINAL



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

Data: 26/06 /2000

n SESSÃO ORDINÁRIA  
 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

VOTAÇÃO EM 1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO  REDAÇÃO FINAL EM 1 /2000  
D PARECER DA : 000

Conclusão:

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 388

PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_

REQUERIMENTO Nº(S) \_\_\_\_\_

RECURSO Nº(S) \_\_\_\_\_

Autor: Deputado (a): \_\_\_\_\_ D Executivo

Relator: Deputado (a): \_\_\_\_\_

NOME DO PARLAMENTAR	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS - PFL				/	
DEPUTADO ALÍRIO NETO - PPS				/	
DEPUTADA ANILCÉIA MACHADO - PSDB	/			/	
DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - PTB				/	
DEPUTADO CÉSAR LACERDA - PTB				/	
DEPUTADO CHICO FLORESTA - PT	/				
DEPUTADO DANIEL MARQUES - PMDB	/				
DEPUTADO GIM ARGELLO - PMDB	/				
DEPUTADO JOÃO DE DEUS - PDT				/	
DEPUTADO JORGE CAUHY - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ EDMAR - PMDB	/				
DEPUTADO JOSÉ TATICO - PSC				/	
DEPUTADA LÚCIA CARVALHO - PT				/	
DEPUTADA MANINHA - PT	/				
DEPUTADO NIJED ZAKHOUR - PMDB	/				
DEPUTADO PAULO TADEU - PT	/				
DEPUTADO RAJÃO - PMDB	/				
DEPUTADO RENATO RAINHA - PL	/				
DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG - PSB				/	
DEPUTADO SILVIO LINHARES - PMDB	/				
DEPUTADO XAVIER - PPB				/	
DEPUTADO WASNY DE ROURE - PT	/				
DEPUTADO WILSON LIMA - PSD	/				
DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - PMDB	/				
TOTAL	15			9	

\_\_\_\_\_  
ASSP

SECRETÁRIO

ASSP  
Nº \_\_\_\_\_  
Fls. ° \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	21

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que, quando for feita a discussão dos projetos de decreto legislativo relativos aos títulos de Cidadão Honorário de Brasília, seja feita apenas dos projetos cujos autores estiverem presentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Acatada a solicitação dos Deputados Wasny de Roure, Paulo Tadeu, Jorge Cauhy e outros para que sejam votados apenas os PDLs dos Deputados que se encontrarem em plenário.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

Expediente



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

36  
26 06  
Bela

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 335/2000**

**(Autor: Deputado Rajão-PMDB)**

Concede Título de Cidadão Honorário  
de Brasília ao Senhor Áureo Bringel de  
Mello.

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Áureo Bringel de Mello.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Nascido no dia 15 de junho de 1924, em Porto Velho, atual capital do Estado de Rondonia, Áureo Bringel conheceu o trabalho desde cedo. Aos treze anos de idade iniciou a sua atividade em jornal, trabalhando como revisor do vespertino "Diário da Tarde", dirigido por Aguinaldo Archer Pinto, mantendo uma coluna diária, intitulada "Luva de seda", surpreendendo a quantos descobriam que era escrita por um adolescente. Nos anos seguintes, trabalhou nos jornais "A Tarde", de Arisióphano Antony, "O Jornal", de Aguinaldo Archer Pinto, "Jornal do Comércio", dos "Diários e Rádios Associados", no posto de redator-secretário, tendo sido locutor da "Rádio Baré" da mesma organização. Ao lado de Umberto Calderaro Filho e Pedro Ubiratan de Lemos fundou o jornal "A Crítica", do qual é redator correspondente até hoje, sendo o periódico de maior circulação no Estado do Amazonas.

Ainda jovem, iniciou sua carreira na política, sendo eleito deputado estadual pelo PTB aos 22 anos de idade. Foi reeleito, ocupando a vice-presidência da Assembleia Legislativa do Amazonas, escolhido pelos seus pares. Foi, a seguir, deputado federal, sempre pelo PTB do Amazonas. Depois de eleito vários anos, ingressou no mandato de Senador pelo PMDB do Amazonas passando para o PRN. Entre os projetos de Áureo Mello convertidos em lei encontram-se o que mudou a denominação do Guaporé para Rondonia, o que aprovou verba para manutenção do hoje Aeroporto Militar de Ponta Pelada, no Amazonas, também o que permitiu aos cônjuges, funcionários públicos, serem lotados na mesma



CÂMARA LEGISLATIVA  
DO DISTRITO FEDERAL

localidade aonde o outro fosse transferido, além de projetos e emendas **orçamentárias**, adoiadas futuramente pelos Governos da Bahia e do Rio de Janeiro, também o que permitiu empregados domésticos, desde que decentemente trajados, usar os elevadores sociais, dentre outras leis. Foi também relator de inúmeros projetos de interesse do Distrito Federal.

Como escritor, publicou vários livros de **poesia**, contos, crônicas poéticas, romances e histórias infantis como "Luzes tristes", "**Claro-escuro**", "Os dois **violinos**", "**Neomênia**", "**As aureonaves**" e outras. Áureo Mello é membro da Academia de Letras de Brasília, vice-presidente da Casa do Poeta de Brasília, da Academia de Letras e Música do Distrito Federal, da Associação dos escritores do Amazonas, da Federação Nacional dos Jornalistas, da Associação Nacional dos Procuradores (Áureo é Procurador do INCRA), da Associação de **Ex-parlamentares**, inscritos na OAB do Rio de Janeiro.

Enfim, em face dos relevantes serviços prestados à população brasileira pelo Senhor Áureo Bringel de Mello, esperamos ver a presente proposta aprovada pelos nobres pares desta Casa.

Sala das **Sessões**, em



**Rajão**  
**Deputado Distrital**

Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	23

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

PRESIDENTE (DEPUTADO G1M ARGELLO) - O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO G1M ARGELLO) - Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recebemos a visita hoje, na Casa do povo, de uns moradores do Guará por causa de um projeto de lei de minha autoria e dos Deputados José Edmar e Renato Rainha.

Quero informar que o referido projeto de lei será discutido e votado na quarta-feira, na parte da manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO G1M ARGELLO) - Conforme comunicado de um dos autores do projeto de lei que beneficia o Guará, o item será votado na quarta-feira pela manhã.

Itens extrapauta:

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2000, de autoria do Deputado Wilson Lima, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Lirando de Azevedo Jacundá'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2000, de autoria do Deputado Daniel Marques, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Segismundo de Araújo Melo'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2000, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília *post mortem* a Carlos Lamarca'."



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	24

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2000, de autoria do Deputado Rajão, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Áureo Bringel de Mello'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 1998, de autoria do Deputado Renato Rainha, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Wilson Marra'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 1999, de autoria do Deputado Silvio Linhares, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília Sr. Marcelo de Araújo Melo'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 1999, de autoria do Deputado Renato Rainha, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília Senador Pedro Jorge Simon'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 1999, de autoria do Deputado Paulo Tadeu, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Eng. Emídio Da Costa Neto'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 1999, de autoria do Deputado Jorge Cauhy, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Divaldo Pereira Franco'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2000, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 300, de 2000, de autoria da Deputada Maninha, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Paulo Bertran'."



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	25

Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)
---------------	------------	-----------

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2000, de autoria do Deputado José Edmar, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Albino António Maneiro'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2000, de autoria da Deputada Anilcéia Machado, que 'concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Kátia Maria Abubakir Kouzak'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2000, de autoria do Deputado Chico Floresta, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Diretor, Ator e Professor de Teatro Hugo Renato Rodas Giusto'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2000, de autoria do Deputado Gim Argello, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília Exmo. Sr, Ministro Pedro Pullen Parente'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 070, de 1999, de autoria do Deputado Gim Argello, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ivo Borges de Lima'."

"Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 1998, de autoria do Deputado Xavier, que 'concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Pastor Amós Batista de Souza'."

Solicito ao Presidente da CCJ, Deputado Wilson Lima, que emita parecer sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PSD. Para emitir para parecer. Sem revisão orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos PDLs nº 313/2000, 333/2000, 334/2000, 335/2000, 444/98, 103/99, 139/99, 207/99, 214/99, 308/2000, 300/2000, 331/2000, 328/2000, 332/2000, 262/2000, 070/99 e 316/98.



Data	Horário Início	Sessão/ Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	26
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vislumbramos óbice que obstaculize a aprovação dos referidos projetos. Portanto, somos pela admissibilidade dos PDLs.

PRESIDENTE (DEPUTADO GIM ARGELLO) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer foi aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Em discussão os projetos em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovados com a presença de 13 Parlamentares.

As matérias seguem a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária, a realizar-se em seguida, designando a seguinte

#### ORDEM DO DIA.

Discussão e votação, em 2º turno, dos seguintes itens: PDL nº 313/2000, PDL nº 333/2000, PDL nº 334/2000, PDL nº 335/2000, PDL nº 444/1998, PDL nº 103/1999, PDL nº 139/1999, PDL nº 207/1999, PDL nº 214/1999, PDL nº 308/2000, PDL nº 300/2000, PDL nº 331/2000, PDL nº



Data	Horário Início	Sessão / Reunião	Quarto
26 /06/ 00	11h45min	EXTRAORDINÁRIA	27
Taquígrafo(a)	Revisor(a)	Orador(a)	

328/2000, PDL nº 332/2000, PDL nº 262/2000, PDL nº 70/1999 e PDL nº 316/1998 e a redação final do PDL 255/1997.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h37min.)